

**OS ANJOS DO JARDIM – A IMAGEM DA MULHER PROTETORA NA
*REVISTA DO JARDIM DA INFÂNCIA (1896-1897).***

Soraia Cristina Balduino

(Mestra em História da Educação – USP)

4. Gênero e etnia na história da educação brasileira

I – Apresentação

Este texto visa contribuir para a discussão dos estudos sobre a formação e educação feminina, ou seja, a relação entre gênero e magistério, por meio de um periódico especializado na edificação do Jardim da Infância em São Paulo no final do século XIX. Especificamente, em estudos relativos à docência, é incontornável a questão da presença feminina no espaço profissional e, assim, as perspectivas abertas pela história da mulher podem elucidar aspectos da história do professor. Ao procurar refletir sobre as considerações que seguem, houve a preocupação em transmitir qual foi o aspecto que mais se destacou com respeito à imagem da mulher/professora de educação infantil no final do século passado. Assim, temos “os anjos do jardim”: obviamente tal título não se refere à nenhuma consideração teológica ou estudo “metafísico” sobre o assunto. A palavra anjo, originária do grego *angelus*, significa mensageiro: nossa meta foi a de ligar a imagem interpretada socialmente dos “mensageiros divinos” a dois fatores básicos. O primeiro deles, comparar a professora representada no periódico do jardim da infância não somente como uma *jardineira*, também como aquela que inculca e visa transmitir mensagens comportamentais da sociedade, permeadas pelo método Fröebeliano. O segundo fator liga-se à própria imagem que a sociedade possui dos “anjos”, cultivada nos valores morais baseados nas raízes judaico-cristãs; isto é, enviados para a proteção, portadores de virtudes e pureza, aliando-os à imagem feminina sensível e “angelical” que pairava sobre as considerações da sociedade brasileira no início da era republicana. Tal idéia foi inspirada na própria iconografia da *Revista do Jardim da Infância*, tendo em cada final de artigo, texto, letra de música, pequeno desenho em nanquim, povoando todo o periódico com meninos alados portando cítaras, flautas, destacando-se e alternando-se entre flores e pássaros.

II – O Jardim da Infância de 1896 em São Paulo como uma iniciativa ideológica para a infância.

As muitas reformas que ocorreram sucessivamente no campo do ensino nos princípios da República, destacaram, sobretudo, o ensino primário urbano e a escola normal, revelando firmes propósitos de promover a expansão da escola pública e também renovar as práticas educativas que vigoravam até o momento. Mesmo assim, o projeto da criação de uma pré-escola oficial, defendido por alguns legisladores e educadores do período, estava apenas idealizado. Somente por meio de uma manobra política do ex-deputado Gabriel Prestes (indicado em 1893 como Diretor da Escola Normal da Capital) e a providencial intervenção do Secretário do Interior, Alfredo Pujol, e do Presidente do Estado de São Paulo, Bernadino de Campos, foi possível a instalação do primeiro Jardim da Infância oficial de São Paulo.

Em dezoito de maio de 1896, o Jardim da Infância iniciava suas atividades como órgão anexo à Escola Normal, empreendendo um grande esforço de seus membros fundadores: Gabriel Prestes (diretor), Maria Ernestina Varella (inspetora), Zalina Rolim (auxiliar de inspeção), a inspetora da Escola Normal Rosina Nogueira Soares (professora de trabalhos manuais), e as professoras Joanna Grassi, Anna de Barros e Izabel Prado. O Decreto n.º 397, de 09 de outubro de 1896, que aprovou o regulamento da Escola Normal da Capital e Escolas Modelos anexas, estabeleceu as diretrizes de trabalho no Jardim da Infância; o corpo docente foi indicado pelo Diretor da Escola Normal e nomeado pelo Governo do Estado, de acordo com artigos vigentes. As professoras possuíam o auxílio das alunas da escola complementar designadas pelo Diretor da escola (art. 188), uma vez ligado à Escola Normal, o *jardim da infância* constituía-se em um campo de observação e prática pedagógica às alunas normalistas (art. 189) da escola complementar, tal como uma escola modelo.

Segundo Tizuko M. Kishimoto, o jardim de infância oficial era uma instituição destinada à elite, ainda mais sendo uma unidade de educação de meio período. O que torna mais claro esta afirmação: a criação do Jardim da Infância da Escola Normal Caetano de Campos, que mesmo sendo uma escola pública, era freqüentada pelas jovens da elite da época, provocando polêmica e discursos inflamados de deputados como Esteves da Silva e Marrey Junior, nos quais reivindicava-se o sorteio para o preenchimento das vagas. Ao introduzir a metodologia Froebeliana no Jardim da Caetano de Campos, Gabriel Prestes

promete uma educação mais adequada aos rebentos da elite paulista *abandonada nas mãos dos governantes incapazes*. (KISHIMOTO, 1997, p. 128).

O sistema de instalação do Jardim da Infância seguia a recomendação do *Guia das Jardineiras* (do *Paradise of Childhood*, de Edward Wiebé), traduzido com alterações pelo diretor Gabriel Prestes, que aponta os requisitos básicos para o estabelecimento, como: prédio, espaço físico, acomodações, móveis, número de alunos, material, instrumentos musicais, etc. O Jardim da Infância seguia os padrões pedagógicos instituídos por Frederich Fröebel, apontado como criador desse sistema de educação, que denominava como “jogos” todas as ocupações de pré-escola e chamava de “dons” (ou dádivas) o material ocupado nessas atividades, sendo estes um total de vinte, sendo que apenas os seis primeiros são designados como dons, pois são interligados. O sistema de jogos froebelianos baseia-se no princípio considerado como fundamental, ou seja, de que toda educação deve começar pelo desenvolvimento do desejo de atividade inato na infância. Cada etapa, cada período do seu programa constituí-se por um seguimento de acordo com a lógica dos precedentes, e os vários meios de ocupação que emergem uns dos outros em uma ordem considerada perfeitamente natural, das mais simples às mais complicadas. Além de que, “*satisfazem todas as exigências da natureza infantil*” no que representa tanto a cultura física como o desenvolvimento mental, de maneira a formar a “*mais segura base para toda a subsequente educação - na escola e na vida*” (PRESTES, Vol. I, p. 73).

Outro aspecto apontado por Kishimoto corresponde à uma clara distinção entre os jardins da infância, considerados dignos de uma teoria de educar crianças, e as escolas maternas que deviam prestar assistência, o que pressupunha para o imaginário da época, uma ausência de educação. Outra diferenciação era o tempo de permanência da criança na instituição: os jardins funcionavam apenas em meio período, e as escolas maternas em tempo integral. A longa prática dos jardins da infância, tanto particulares como o único oficial, de prestar serviços apenas às classes com maiores recursos parece ter reforçado a idéia de que a situação econômica o elemento que diferencia o jardim da infância de outros estabelecimentos.

“A palavra *kindergarten* (jardim da infância) foi adotada por Fröebel, no século passado, para designar instituições correspondentes ao tipo francês da escola normal, abrangendo a educação e a assistência e destinando-se, de preferência à criança pobre. Os americanos distinguem geralmente a escola maternal do jardim da infância, entregando àquela as crianças de 2 a 3 anos e a

este as crianças de 4 a 6 anos. A terminologia do Código de Educação adotou esse exemplo. Contudo, o uso nosso é denominar jardim da infância a instituição que se preocupa exclusivamente com a educação frobeliana, reservando-se nome de escola maternal à (conferir) que educa e presta assistência” (KISHIMOTO, 1988).

A partir da criação do Jardim da Infância na cidade de São Paulo, pode-se realizar um exame da trajetória das escolas pré-escolares, até os anos 30, como aponta Pinnazza (1997), considerando principalmente dois fatores: os investimentos por parte do Governo no sentido de aumentar a rede de pré-escolas e o modo pelo qual foram conduzidos as discussões no campo da educação infantil. Para a autora, as iniciativas dos poderes públicos em promover a ampliação dos serviços destinados à criança de até seis anos, ao longo do período aqui apresentado, verifica-se uma evolução inexpressiva; e o projeto de fundação de outros jardins da infância no sistema oficial de ensino, limitou-se à presença da instituição instalada em 1896, até os meados da década de vinte, quando, o poder público investe na instalação de escolas maternas em parcerias com o setor industrial.

III – A *Revista do Jardim da Infância* – os anjos protetores e sua presença na breve vida do periódico.

No final do século XIX, precisamente em 1896, a Typografia a Vapor de Espíndola Siqueira & Comp. de São Paulo, editou o primeiro volume da *Revista do Jardim da Infância*. De periodicidade anual, sem registrar data e número de tiragens, cada volume contava com cerca de 290 a 390 páginas. Auxiliada pelo governo do Estado de São Paulo e sob a responsabilidade de Gabriel Prestes, o primeiro volume da revista procurava tornar conhecidos os processos empregados nos jardins da infância estrangeiros da época, reunindo elementos artísticos necessários à organização do ensino infantil, principalmente baseados nos estudos de Frederich Fröebel. Neste primeiro volume, o periódico demonstrou os tipos de Jardins da Infância e os manuais publicados no exterior, priorizando os dos Estados Unidos, como o instituído por F. Parker na Coock Country Normal School e os programas da Sra. Anna Deveraux, inspetora dos Jardins da Infância de Lowel Mass.

O segundo volume do periódico foi editado em 1897 seguindo as mesmas normas do primeiro, publicando material a respeito do modo de funcionamento dos Jardins da

Infância estrangeiros, desta vez priorizando os programas da Itália e o livro publicado na Alemanha, *Kindergarten Culture and Child Culture Papers*, de Bernard, além de trazer várias adaptações de contos, planos de aulas e até mesmo partituras musicais das canções citadas no mesmo.

Nestes dois únicos volumes (1896-97), ocupam um grande espaço os programas e planos dos jardins da infância traduzidos por Gabriel Prestes, destacando, na mesma ordem, as traduções e adaptações de marchas, contos, histórias e cantos alemães, para acompanharem os jogos e as atividades, originalmente integrantes das obras: *In the Child's World*, *Boston Collection of Kindergarten Stories* e *Kindergarten Stories and Norming Talks* traduzidos por Rosina N. Soares e adaptados por Zalina Rolim. Também foram publicadas partes de livros estrangeiros como *Fröebel and Education Through Self-Activity* e *Kindergarten and Child Culture*, traduzidos por Teresa Couto Rodrigues e por Zalina Rolim, respectivamente. Neste âmbito, podemos destacar que as produções originais das educadoras brasileiras foram restritamente editadas no periódico, o que seria considerado normal pelo fato de que a prática educativa do Jardim da Infância ainda se apresentavam em fase inicial. Desta forma, a revista contém alguns versos e contos, criados por Zalina Rolim; planos de aulas elaborados por Isabel Prado, jogos sugeridos por Maria Ernestina Varella e considerações sobre o brinquedo de Joana Grassi.

A *Revista do Jardim da Infância* deixou de ser publicada em 1897, frustrando os objetivos de Prestes de transformá-la em uma publicação mensal, fato que nem mesmo o Diretor previa. Na realidade, não há explicações realmente evidentes sobre o que ocasionou a interrupção da revista, posto que não são encontradas referências sobre o assunto, como aponta Carlos da Silveira (1927) e os estudos de Mônica Pinazza (1997). Para Pinazza, uma das explicações para o fato formula-se com base na proposta de Prestes em compor uma revista somente com produções originais, tendo em vista o objetivo de transformá-la em um periódico mensal; mas, segundo a autora, sendo o periódico concebido como um instrumento de divulgação exclusivo do jardim da infância paulista, a curta existência da instituição não teria permitido a geração de novos conhecimentos, o que tornou inviável a reunião de material suficiente. Outro fator apontado por Pinazza, reside na idéia de não descartar a possibilidade da publicação ter deixado de receber apoio do governo.

Em uma observação mais detalhada do periódico, nota-se que aparentemente não há nenhuma distinção muito explícita e prescritiva quanto ao papel da mulher, tanto na instituição quanto na sociedade em geral, pelo fato da revista se voltar mais a propagar a

fundação e os preceitos do Jardim da Infância. No entanto, devido ao fato do periódico ser datado do final do século passado, as informações peculiares sobre a educação feminina são muito interessantes: apesar de diluídas no corpo da revista, refletem a concepção da sociedade nos primeiros anos da República. Pequenos detalhes, histórias, poesias e regras para jogos entre meninas e meninos são reflexos da idéia de uma educação voltada para o desenvolvimento moral, para a disposição dos papéis diferenciados entre homens e mulheres, até para a docente. Como um espelho da História da Educação, este periódico registra no artigo “*O Jardim da Infância - Anexo á Escola Normal*” um relatório apresentado ao Diretor da Escola Normal, redigido pela Inspetora D. Maria E. Varella, no qual relata que as auxiliares do Jardim da Infância eram as alunas da Escola Complementar (Vol I, 1896, p. 8-13). Outro artigo interessante intitulado “*A Escola Normal*” descreve a distribuição física do edifício da Escola Normal, e a distribuição dos alunos no curso. Na Escola Normal a idade mínima para a matrícula era de 14 anos para o sexo feminino e 15 anos para o sexo masculino (op. cit., p. 213-215).

Nesta revista, considera-se a mulher como a educadora principal (e intrinsecamente natural), sendo que a figura da professora praticamente se iguala à figura materna (*as jardineiras*), como vemos nos modelos de aulas descritos em que a professora (como as mães) se destaca nas histórias e narrações. Sobre contos e histórias, a Sra. Zalina Rolim sempre recomendava que eles fossem *narrados por uma professora*, e no artigo “*Do Conto e da Arte de Contar*”, disserta sobre a técnica da narração do conto, sempre se referindo à educadora como a melhor pessoa indicada para desenvolver a técnica. “(...) *Quando vejo uma educadora ou uma boa mãe a contar histórias numa roda de creançinhas attentas...*” (Vol. II, 1897, p.86-102).

Podemos destacar um comentário curioso sobre a formação feminina nos Jardins da Infância, no final do século XIX, baseado no artigo também de Zalina Rolim “*Das Minhas Notas*”, em que a autora disserta sobre a sua atuação no Jardim da Infância. Seu comentário principal foi o de ter corrigido os “modos” de uma aluna de 5 anos que possuía o hábito, no caso *deplorável*, de levar a ponta de seu “*aventalzinho rendado à boca*”, sempre que alguém lhe dirigia a palavra (Vol. 2, 1897, p. 59-61).

Com relação a este aspecto, Pierre Bourdieu aponta para um trabalho de construção social do corpo, no caso o uso da vestimenta e a forma de ser portar, seja masculina ou feminina. Para o autor, há ensinamentos de gramática do corpo, na qual a sociedade constrói quadros do que dizer ou fazer, e do que não dizer e não fazer, enumerar tudo o que uma mulher deve fazer ou não fazer com o seu corpo (por exemplo, escolher um uniforme

“sóbrio” e modos corretos de apresentação). Por meio deste trabalho de educação, as construções sociais são incorporadas, “inscritas no corpo”, elas se tornam sistemas de disposições, princípios que norteiam a prática e a apreciação (BOURDIEU, 1996, p. 38).

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada, toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas ou no comércio era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-la como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não afastar da vida familiar, dos afazeres domésticos, da alegria da maternidade e da pureza do lar. Tomamos como exemplo, a preocupação dos editores de que a imagem da professora não fosse maculada pelo fato de estarem fora do âmbito doméstico, para isso, seria até mesmo necessário compará-la à imagem infantil (afinal, as crianças também estão próximas à pureza angelical), quando a professora Zalina Rolim, no artigo “Os jogos e a extensão da individualidade” (Vol. II, p. 379-389), defende a atuação das professoras do jardim que utilize o método froebeliano, atacando supostas críticas ao “(...) *chamar de marionettes às educadoras froebelianas porque se tornam crianças com as crianças*”.

A mulher angelical, sofredora e zeladora devia aprender desde cedo as suas obrigações, fato que deveria ser inculcado na educação desde o início, até mesmo para os meninos que também deveriam reconhecer qual era o papel feminino, para mantê-lo futuramente, e qual era o seu papel (de oposição) na sociedade. Na fábula traduzida por Zalina Rolim, intitulada “O presente de Luizinha” (Vol II, 217-219), demonstra-se claramente este papel: a rua e as brincadeiras devem ser substituídas pelos afazeres domésticos e pelo zelo ao lar, mesmo contrariando a própria vontade. Na história, caso a menina cuide bem da vida doméstica e conheça bem o seu papel terá recompensas futuras, logicamente dentro das fronteiras necessárias. Na história, a personagem recebe a visita de uma fada (novamente a imagem da proteção de uma mulher, obviamente) que procura adaptá-la de forma agradável ao seu espaço, reprimindo uma semente de rebeldia, “doando-lhe” a capacidade de resolver “magicamente” seus assuntos domésticos. A personagem aceita, feliz, certificando-se que a sua felicidade está em realizar as suas obrigações - assim como as jovens da sociedade, incumbidas da missão (igual a de Luizinha em cuidar de sua casa) de cuidar da sociedade - o presente mágico futuro, seria uma sociedade forte e calcada nos valores morais aprendidos desde cedo.

Um aspecto que podemos destacar no periódico está nos “exemplos de aula”, sugerindo e direcionando a ação das professoras, com ações determinadas e respostas

esperadas. Nestas lições há um interesse em transferir para a criança os valores sociais, principalmente os valores morais. A valorização do lar e da família e a disposição dos atores sociais neste espaço torna-se uma constante na *Revista do Jardim de Infância*; várias vezes, seja em exemplos de aula, fábulas, versos e canções, a idéia da concepção da família está sempre presente. Notoriamente, as funções de cada membro da família estão bem definidas, ou seja, o homem trabalha fora (usam muitos exemplos da vida urbana) e a mulher/mãe cuida da casa e dos filhos, assim como a professora está cuidando de seus alunos.

Uma observação mais detalhada da *Revista do Jardim da Infância* revela que, além de editar as propostas froebelianas, seus responsáveis apresentavam algumas observações particulares quanto ao uso da proposta, como notamos na descrição acima, de que a disseminação do método não foi uniforme, pois dependia de valores eleitos. Notamos, nos comentários particulares de seus colaboradores idéias de disciplina, valores familiares, obediência, acatamento de regras, mais destacados que a própria concepção do brincar, principalmente ao tratar da moralidade e de como a educadora (responsável pela atuação) deveria “conduzir” o uso dos dons froebelianos. Tomamos como exemplo o comentário sobre o 5.º *Dom*, em que, percebemos a idéia do trabalho masculino como base econômica, entremeados nos comentários sobre os usos dos cubos e as construções do imaginário infantil, e a noção clara da disciplina nos “valores nobres”.

Diversos são os artigos que podem ilustrar a idéia proposta no presente trabalho, principalmente a idéia de que a mulher deve proteger a infância e se responsabilizar pela educação das gerações futuras, como base principal para a solidificação de uma sociedade que nascia sob a nova era republicana. O que destacamos, apesar da pouca vida da *Revista do Jardim da Infância* pode nos servir como um espelho: artigos como “Diálogo Matinal” (Vol. II, p.20) ou “O Relógio” (Vol. II, p.170), ambos da autora Zalina Rolim, nos demonstram claramente a grande importância que a sociedade atribuía ao “dom maternal” feminino.

Se o período republicano ainda estava dando seus primeiros passos, os valores sociais baseados em uma sociedade patriarcal já eram tocados pelos ventos da mudança que a vida industrial e urbana necessitava. Mesmo assim, cabia à mulher procriar, educar e proteger, no interior de seus lares e nos novos espaços com o mundo da docência, nas fronteiras da sala de aula, não esperando galgar altos escalões do mundo da carreira. A infância, agora, também necessitada de atenção, principalmente a prole urbana e proveniente da elite.

IV – Considerações Finais

A *Revista do Jardim da Infância*, como um dos veículos de ideologia das práticas pedagógicas e da modelagem do magistério paulista no final do século XIX, constituiu um discurso sobre a educação infantil, projetando representação não objetivas da realidade, a categoria docente dedicada e os anseios de uma sociedade produto dessa dedicação. O discurso de atuação da professora resulta, em parte, na reificação do homem, pela mistificação do conhecimento, do método e pela mitificação daqueles que conhecem, produzindo uma “maneira de pensar” generalizável que aliena o sujeito de si e de seus valores próprios, intrasferíveis, ao mesmo tempo que se confirma e legitima pela perpetuação do próprio discurso.

No âmbito do próprio ciclo de vida da revista, verificamos que desta apenas dois volumes foram editados, sendo finalizada sem nenhuma explicação plausível. Nesse aspecto, destacamos que o material da revista é escasso, portanto, não podemos concluir e nem projetar considerações fechadas e definitivas. O que temos na revista era a representação de uma educação infantil idealizada assim como o comportamento da educadora do jardim da infância. Como, somente o material do periódico não é suficiente, temos que nos valer de outros materiais da época, assim como outras pesquisas, logo não podemos generalizar as nossas meditações para todo um contexto, ou seja, de todas as revistas e periódicos da época; logo, o intuito foi utilizar a *Revista do Jardim da Infância* como um veículo para demonstrar, além da construção do campo educacional e das lutas e projeções em seu interior, o que a sociedade brasileira, no início da república, concebia como a imagem feminina e sobre o seu papel na sociedade, ainda que concentrando-se também na educação infantil, utilizando de uma nova concepção de instituição escolar: o jardim da infância.

Muitas linhas mais seriam necessárias para discorrer sobre a História da Formação e Educação Feminina em São Paulo, além de muitos estudos para responder à nossa curiosidade sobre esta temática. Entretanto, o propósito deste ensaio interpretativo é servir como um ponto de partida para refletir sobre a educação da mulher e de nossa sociedade em geral. A história da mulher não representa apenas a evolução deste gênero individualmente, mas engloba todo um contexto histórico, político e social, ou seja, as relações sociais de gênero.

V – Bibliografia

Fonte Primária

Revista do Jardins da Infância, V. I, São Paulo: Espínola, Siqueira & Comp., 1896.

Revista do Jardins da Infância, V. II, São Paulo: Espínola, Siqueira & Comp., 1897.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar E., WALDOW, Vera Regina. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 28-40.

CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em Revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Barbara & VILHENA, Cynthia Pereira de S. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 37, 1994, p. 177-183.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Escolarização e brincadeira na educação infantil. In: SOUSA, Cynthia P. *História da Educação - processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 123-138.

PINAZZA, Mônica Apezato. *A Pré-escola à Luz das Idéias de Pestalozzi e Fröebel: memória reconstituída a partir de periódicos oficiais*. São Paulo: FEUSP, Tese de Doutorado, 1997.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. 1.^a ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. jul./dez., 1995, p. 71-99.

SILVEIRA, Carlos da. Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo. *Educação*. Vol. VII, Junho de 1929, n.º 3, p. 323-332.